		Escolaridade (em horas totais)				
Unidades curriculares	Tipo	Aulas teóricas	Aulas teórico- -práticas	Aulas práticas	Seminários/ estágios	Observações
Expressão Dramática . Apoio Educativo a Populações com Necessidades Educativas Especiais . Meios e Materiais de Ensino . Didáctica das Ciências Naturais e Sociais . Gestão Institucional . Saúde e Infância . Educação Ambiental	1.° semestre	30 8 15 20 20 15	60 30 22 45 25 25 30			

QUADRO N.º 4

4.º ano

Unidades curriculares		Е	scolaridade (e	em horas tota	n horas totais)		
	Tipo	Aulas teóricas	Aulas teórico- -práticas	Aulas práticas	Seminários/ estágios	Observações	
Prática Pedagógica IV Seminário Interdisciplinar Metodologias de Investigação em Educação Literatura para Crianças Tecnologias da Informação e da Comunicação II	Anual	15 30	90 30 30 45	390	90		

Portaria n.º 257/99

de 9 de Abril

Sob proposta do Instituto Politécnico de Bragança e da sua Escola Superior de Educação;

Considerando o disposto nos artigos 13.º e 31.º da Lei de Bases do Sistema Educativo (Lei n.º 46/86, de 14 de Outubro, alterada pela Lei n.º 115/97, de 19 de Setembro);

Considerando o disposto na Portaria n.º 413-E/98, de 17 de Julho, alterada pela Portaria n.º 680-C/98, de 31 de Agosto;

Ao abrigo do disposto na lei do estatuto e autonomia dos estabelecimentos de ensino superior politécnico (Lei n.º 54/90, de 5 de Setembro), no artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 303/80, de 16 de Agosto, e no capítulo III do Decreto-Lei n.º 316/83, de 2 de Julho:

Manda o Governo, pelo Ministro da Educação, o seguinte:

1.°

Plano de estudos

O plano de estudos do curso de licenciatura em Ensino Básico — 1.º Ciclo ministrado pela Escola Superior de Educação de Bragança, criado pela Portaria n.º 413-E/98, de 17 de Julho, alterada pela Portaria n.º 680-C/98, de 31 de Agosto, é o fixado em anexo à presente portaria.

2.º

Unidades curriculares de opção

- 1 O elenco de unidades curriculares de opção a oferecer é fixado pelo órgão legal e estatutariamente competente.
- 2—O número mínimo de alunos necessário ao funcionamento de cada uma das unidades curriculares de opção é de 15, sem prejuízo de ser sempre ministrada pelo menos uma.

3 — Exceptuam-se do mínimo fixado no número anterior os casos em que o docente assegure a docência da unidade curricular para além do número máximo de horas de serviço de aulas a que é obrigado por lei sem encargos adicionais para a instituição.

3.º

Ano e semestre lectivo

- 1 O número de semanas lectivas efectivas de cada ano lectivo, excluindo as destinadas a avaliação de conhecimentos, não pode ser inferior a 30.
- 2 O número de semanas lectivas efectivas de cada semestre lectivo, excluindo as destinadas a avaliação de conhecimentos, não pode ser inferior a 15.

4.º

Regimes escolares

Os regimes de frequência, avaliação de conhecimentos, transição de ano, precedência e prescrição do direito à inscrição são fixados pelo órgão legal e estatutariamente competente.

5.º

Condições para a obtenção do grau

É condição para a obtenção do grau de licenciado em Ensino Básico — 1.º Ciclo a aprovação na totalidade das unidades curriculares que integram o plano de estudos do curso.

6.°

Classificação final

1 — A classificação final do curso é a média aritmética ponderada, arredondada às unidades (considerando como unidade a fracção não inferior a cinco décimas), das classificações das unidades curriculares que integram o plano de estudos do curso. 2 — Os coeficientes de ponderação são fixados pelo órgão legal e estatutariamente competente.

7.° Aplicação

O disposto no presente diploma aplica-se a partir do ano lectivo de 1998-1999, inclusive.

8.0

Transição

As regras de transição entre o curso de bacharelato de Professores do 1.º Ciclo do Ensino Básico da Escola Superior de Educação de Bragança e o curso de licenciatura em Ensino Básico — 1.º Ciclo são fixadas pelo

órgão legal e estatutariamente competente do estabelecimento de ensino.

9.0

Disposição revogatória

Sem prejuízo do processo de transição a que se refere o número anterior, são revogadas, na parte que se refere ao bacharelato em 1.º Ciclo do Ensino Básico da Escola Superior de Educação de Bragança:

- a) A Portaria n.º 584/86, de 9 de Outubro;
- b) A Portaria n.º 453/88, de 9 de Julho.

Pelo Ministro da Educação, *Alfredo Jorge Silva*, Secretário de Estado do Ensino Superior, em 8 de Março de 1999.

ANEXO

Instituto Politécnico de Bragança

Escola Superior de Educação

Curso: Ensino Básico — 1.º Ciclo

Grau: licenciado

QUADRO N.º 1

1.º ano

Unidades curriculares		Escolaridade (em horas semanais)					
	Tipo	Aulas	Aulas teó- rico-práticas	Aulas práticas	Seminários/ estágios	Observações	
Tecnologia Educativa e Gestão de Informação Matemática I Investigação em Educação Filosofia da Educação Introdução aos Estudos Linguísticos Psicologia da Criança Ensino da Língua Estrangeira I	Anual	2	3 4 2 4 3 3				

QUADRO N.º 2

2.º ano

Unidades curriculares		Escolaridade (em horas semanais)				
	Tipo Aulas teóricas	Aulas teó- rico-práticas	Aulas práticas	Seminários/ estágios	Observações	
Teoria e Prática da Educação Física Matemática II Ciências do Ambiente Prática Pedagógica I Teoria e Desenvolvimento Curricular Introdução aos Estudos Literários Ensino da Língua Estrangeira II	Anual Anual Anual Anual Anual Anual Anual Anual 1.º semestre		4 3 4 3 4 3	1	1	

QUADRO N.º 3

3.º ano

Unidades curriculares		Escolaridade (em horas semanais)				
	Tipo	Aulas teóricas	Aulas teó- rico-práticas	Aulas práticas	Seminários/ estágios	Observações
Ciências da Vida Prática Pedagógica II História e Geografia de Portugal	Anual		2 4	2	1	

		Escolaridade (em horas semanais)			nais)	
Unidades curriculares		Aulas teóricas	Aulas teó- rico-práticas	Aulas práticas	Seminários/ estágios	Observações
Teoria e Prática da Expressão Musical Teoria e Prática da Expressão Dramática Literatura Infantil Psicologia da Relação Educativa Metodologia do Ensino do Meio Físico e Social Metodologia do Ensino da Matemática	1.º semestre		4 4 2 4 3		4	

QUADRO N.º 4

4.º ano

		Escolaridade (em horas semanais)				
Unidades curriculares	Tipo	Aulas teóricas	Aulas teó- rico-práticas	Aulas práticas	Seminários/ estágios	Observações
	1.º semestre		4 2 3 2		15	(a)

(a) Nos termos do n.º 2.º

Portaria n.º 258/99

de 9 de Abril

Sob proposta do Instituto Politécnico de Bragança e da sua Escola Superior de Educação;

Considerando o disposto nos artigos 13.º e 31.º da Lei de Bases do Sistema Educativo (Lei n.º 46/86, de 14 de Outubro, alterada pela Lei n.º 115/97, de 19 de Setembro);

Considerando o disposto na Portaria n.º 413-E/98, de 17 de Julho, alterada pela Portaria n.º 680-C/98, de 31 de Agosto:

Ao abrigo do disposto na lei do estatuto e autonomia dos estabelecimentos de ensino superior politécnico (Lei n.º 54/90, de 5 de Setembro), no artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 303/80, de 16 de Agosto, e no capítulo III do Decreto-Lei n.º 316/83, de 2 de Julho:

Manda o Governo, pelo Ministro da Educação, o seguinte:

1.º

Plano de estudos

O plano de estudos do curso de licenciatura em Educação de Infância ministrado pela Escola Superior de Educação de Bragança, criado pela Portaria n.º 413-E/98, de 17 de Julho, alterada pela Portaria n.º 680-C/98, de 31 de Agosto, é o fixado em anexo à presente portaria.

2.º

Unidades curriculares de opção

- 1 O elenco de unidades curriculares de opção a oferecer é fixado pelo órgão legal e estatutariamente competente.
- 2—O número mínimo de alunos necessário ao funcionamento de cada uma das unidades curriculares de opção é de 15, sem prejuízo de ser sempre ministrada pelo menos uma.

3 — Exceptuam-se do mínimo fixado no número anterior os casos em que o docente assegure a docência da unidade curricular para além do número máximo de horas de serviço de aulas a que é obrigado por lei sem encargos adicionais para a instituição.

3.º

Ano e semestre lectivo

- 1 O número de semanas lectivas efectivas de cada ano lectivo, excluindo as destinadas a avaliação de conhecimentos, não pode ser inferior a 30.
- 2 O número de semanas lectivas efectivas de cada semestre lectivo, excluindo as destinadas a avaliação de conhecimentos, não pode ser inferior a 15.

4.º

Regimes escolares

Os regimes de frequência, avaliação de conhecimentos, transição de ano, precedência e prescrição do direito à inscrição são fixados pelo órgão legal e estatutariamente competente.

5.°

Condições para a obtenção do grau

É condição para a obtenção do grau de licenciado em Educação de Infância a aprovação na totalidade das unidades curriculares que integram o plano de estudos do curso.

6.°

Classificação final

1 — A classificação final do curso é a média aritmética ponderada, arredondada às unidades (considerando como unidade a fracção não inferior a cinco décimas),